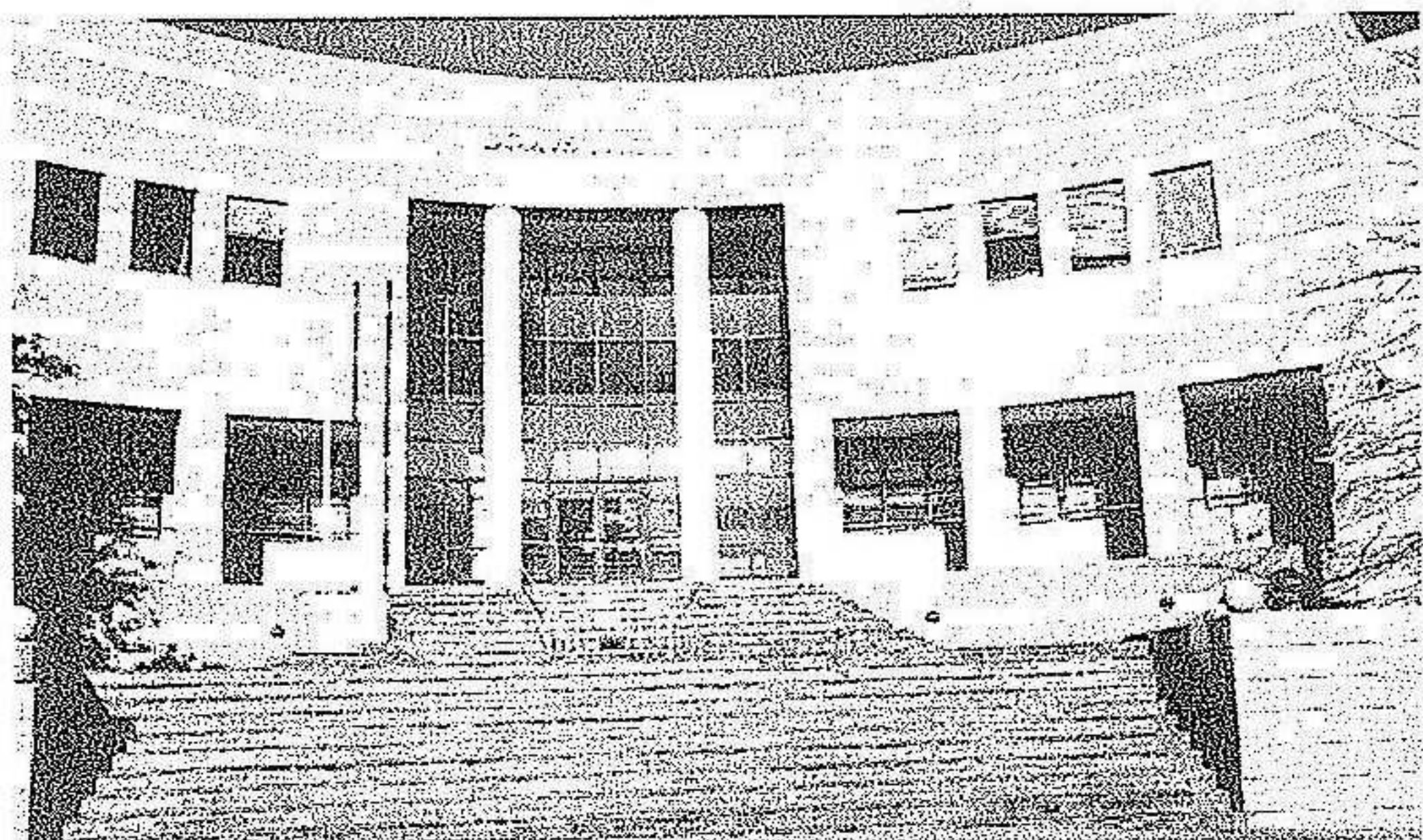


Arouca no mapa judiciário

André Almeida questiona o Governo



1. Que competências ou especialidade passará a ter o ainda Tribunal da Comarca de Arouca?

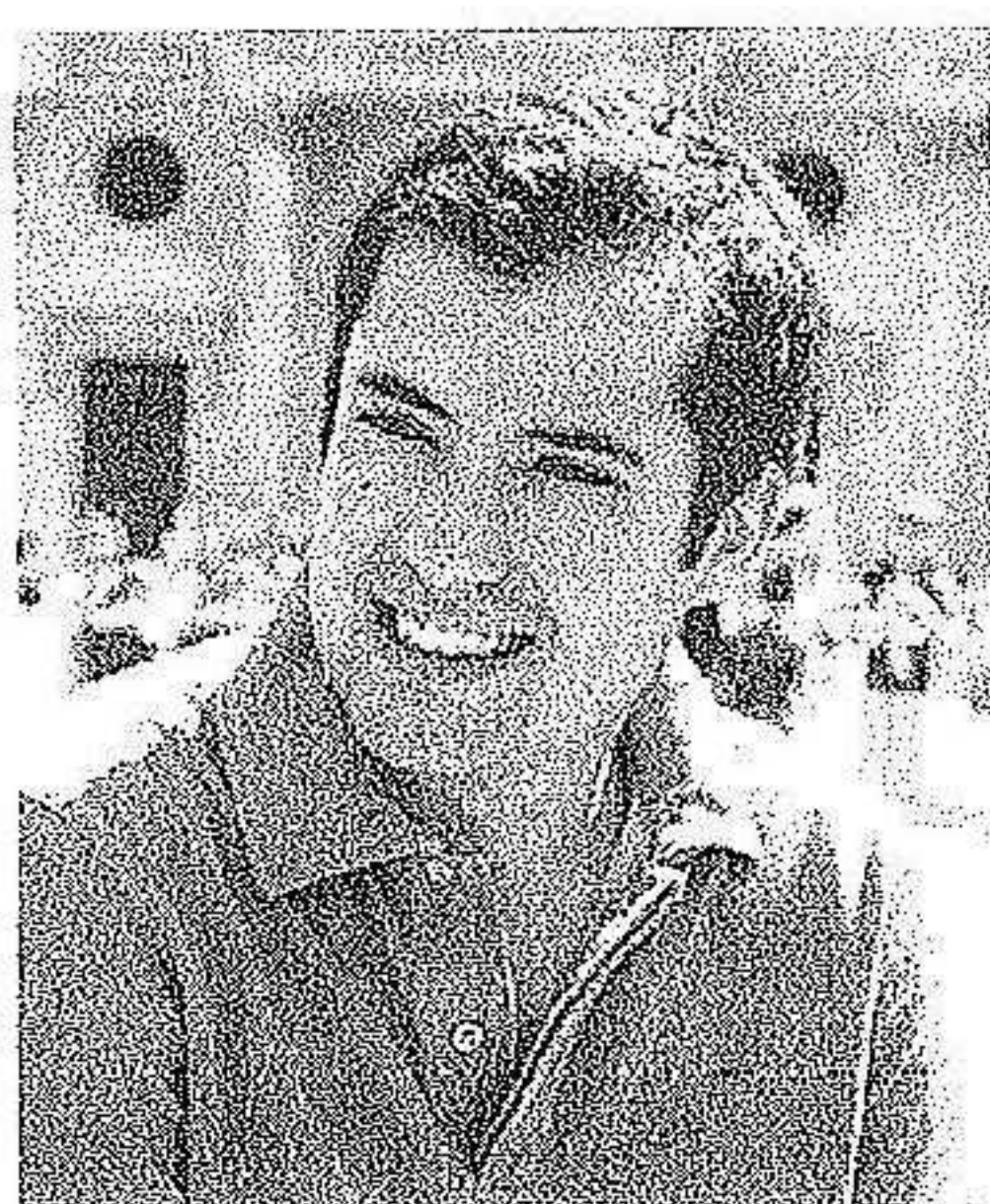
2. Pela situação geográfica do concelho de Arouca, que soluções alternativas prevê o Governo para que os arouquenses tenham um efectivo acesso à Justiça, sem terem de se sujeitar a deslocações penosas?

3. Tendo em conta esta medida, ficará o edifício do Palácio da Justiça de Arouca com valências reduzidas?

Com estas três questões apresentadas no início de Abril ao Ministro da Justiça, via Presidente da Assembleia da República Portuguesa, pelo deputado arouquense, e social-democrata, eleito pelo Distrito de Aveiro, André Almeida Teixeira, poderemos salientar o interesse que tem despertado em determinados círculos políticos a nova orgânica judicial nacional, num mapa nem sempre de acerto e conveniência para as populações.

Arouca, pela situação geográfica em que se situa e pelas circunstâncias que o Ministério da Saúde achou determinantes para que o serviço do nosso Centro de Saúde fosse acrescentado e melhorado, não poderá admitir recuos, sejam eles até de circunstância, perante uma nomenclatura que não se aproxima das respectivas necessidades. A deslocação dos magistrados, funcionários e utentes à sede do nosso concelho, ao recém-construído Palácio da Justiça, poderá representar um facto condicionante de acesso à Justiça.

Pelo mapa judiciário apresentado pelo Ministério da Justiça, Arouca pertencerá à Comarca/Circunscrição de Entre Douro e Vouga, que por sua vez contemplará os concelhos de



Arouca, Vale de Cambra, São João da Madeira, Oliveira de Azeméis e Santa Maria da Feira, cuja sede, provavelmente, ficará instalada num dos territórios com maior força e influência política regional.

Servindo-se de um conjunto de opiniões negativas e críticas relacionadas com o novo mapa judiciário, entre as quais do Presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, da Associação Sindical dos Juizes Portugueses, do Procurador Geral da República e da Associação dos Municípios Portugueses, André Almeida questiona o governo sobre o interesse de certas medidas quando as mesmas não são coincidentes com a vontade e as necessidades das populações.